

FRAGMENTOS DO IMPÉRIO: UM VISLUMBRE SOBRE A ARQUEOLOGIA ULTRAMARINA NA MISSÃO ANTROPOLÓGICA DA GUINÉ

RITA JULIANA S. POLONI

ICS - Universidade de Lisboa / LAP - Universidade Estadual de Campinas

Julianapoloni@hotmail.com

Resumo

Entre as Missões Antropológicas desenvolvidas pelo Estado Português em alguns de seus territórios ultramarinos durante a primeira metade do século XX, destaca-se a pequena Missão Antropológica da Guiné.

Muito embora tenha tido somente uma campanha preliminar, liderada por Mendes Correia, e mais duas chefiadas por Amílcar Mateus, responsável pela Missão, este empreendimento científico apresenta-se como um importante prolongamento do projecto de Ocupação Científica Ultramarina no âmbito das ciências sociais, projecto este pensado pelo próprio Mendes Correia e concretizado pelo Estado ditatorial do período.

As Missões Antropológicas, que objectivavam um conhecimento alargado do indígena, sob o entendimento da Antropologia preconizado por Mendes Correia, via nas pesquisas arqueológicas um campo complementar dessas investigações.

Muito embora ocupassem um lugar secundário nos objectivos das Missões, cujo foco principal insidia sobre as pesquisas antropológicas, as investigações arqueológicas têm um lugar próprio de subsistência no interior desses projectos científicos. Ainda que considerada um conhecimento especulativo dentro dos propósitos estatais de estudo do indígena ultramarino, a Arqueologia persiste a despeito e, muitas vezes, por causa desse carácter específico a ela atribuída.

Perceber as relações entre a Missão Antropológica da Guiné, com menor visibilidade que as demais realizadas, e a produção científica de um campo que é claramente secundário em relação ao rol de pesquisas desenvolvidas nessas colónias é, assim, uma forma de compreender os projectos científicos estratégicos para o Ultramar e os diversos contextos coloniais de uma forma alargada procurando investigar toda a sua complexidade. Se os contextos mencionados tiveram menor continuidade que as pesquisas desenvolvidas em Moçambique, Angola ou mesmo em Timor, ou foram menos privilegiados que as investigações em Antropobiologia ou Etnografia aí desenvolvidas, tal quadro não é um factor depreciativo desses elementos. As pesquisas realizadas na Guiné e no âmbito da Arqueologia manifestam interesses específicos nos projectos científico-estatais para o Ultramar que necessitam ser descortinados para que se possa compreender toda a sua dimensão estratégica.

Assim, o presente trabalho tem por objectivo caracterizar a produção arqueológica dentro da trajectória história da Missão Antropológica da Guiné, ressaltando, primeiramente, a complexidade deste projecto investigativo como um todo, quer seja em relação aos diferentes territórios investigados, quer seja através da variedade de objectivos científicos abraçados.

Buscar-se-á, a seguir, descrever o projecto específico para aquela colónia, o lugar da Arqueologia no contexto das pesquisas aí desenvolvidas, sua história e suas particularidades, bem como a importância do referido território no universo imperial português do período. Dessa forma, espera-se contribuir para um conhecimento mais aprofundado do território da Guiné, do seu lugar dentro da história contemporânea portuguesa e do conhecimento científico ali desenvolvido no âmbito das Missões, abrindo novas perspectivas de entendimento da complexidade desses projectos científicos e políticos.

Palavras-chave: Missões, arqueologia, antropologia, colonialismo

*

INTRODUÇÃO

Entre as Missões Antropológicas desenvolvidas pelo Estado Português em alguns de seus territórios ultramarinos durante a primeira metade do século XX, destaca-se a pequena Missão Antropológica da Guiné.

Muito embora tenha tido somente uma campanha preliminar, liderada por Mendes Correia, e mais duas chefiadas por Amílcar Mateus, responsável pela Missão, este empreendimento científico apresenta-se como um importante prolongamento do projecto de Ocupação Científica Ultramarina no âmbito das ciências sociais, projecto este pensado pelo próprio Mendes Correia e concretizado pelo Estado ditatorial do período.

As Missões Antropológicas, que objectivavam um conhecimento alargado do indígena, sob o entendimento da Antropologia preconizado por Mendes Correia, via nas pesquisas arqueológicas um campo complementar dessas investigações.

Muito embora ocupassem um lugar secundário nos objectivos das Missões, cujo foco principal insidia sobre as pesquisas antropológicas, as investigações arqueológicas têm um lugar próprio de subsistência no interior desses projectos científicos. Ainda que considerada um conhecimento especulativo dentro dos propósitos estatais de estudo do indígena ultramarino, a Arqueologia persiste a despeito e, muitas vezes, por causa desse carácter específico a ela atribuída.

Perceber as relações entre a Missão Antropológica da Guiné, com menor visibilidade que as demais realizadas, e a produção científica de um campo que é claramente secundário em relação ao rol de pesquisas desenvolvidas nessas colónias é, assim, uma forma de compreender os projectos científicos estratégicos para o Ultramar e os diversos contextos coloniais de uma forma alargada procurando investigar toda a sua complexidade.

Se os contextos mencionados tiveram menor continuidade que as pesquisas desenvolvidas em Moçambique, Angola ou mesmo em Timor, ou foram menos privilegiados que as investigações em Antropologia ou Etnografia aí desenvolvidas, tal quadro não é um factor depreciativo desses elementos. As pesquisas realizadas na Guiné e no âmbito da Arqueologia manifestam interesses específicos nos projectos científico-estatais para o Ultramar que necessitam ser descortinados para que se possa compreender toda a sua dimensão estratégica.

Assim, o presente trabalho tem por objectivo caracterizar a produção arqueológica dentro da trajectória histórica das Missões Antropológicas, ressaltando, primeiramente, a complexidade deste projecto investigativo como um todo, quer seja em relação aos diferentes territórios investigados, quer seja através da variedade de objectivos científicos abraçados.

Buscar-se-á, a seguir, descrever o projecto específico para aquela colónia, o lugar da Arqueologia no contexto das pesquisas aí desenvolvidas, sua história e suas particularidades, bem como a importância do referido território no universo imperial português do período.

Dessa forma, espera-se contribuir para um conhecimento mais aprofundado do território da Guiné, do seu lugar dentro da história contemporânea portuguesa e do conhecimento científico ali desenvolvido no âmbito das Missões, abrindo novas perspectivas de entendimento da complexidade desses projectos científicos e políticos.

O ESPAÇO DA ARQUEOLOGIA NO UNIVERSO DAS MISSÕES ANTROPOLÓGICAS

A primeira das Missões Antropológicas, com o objectivo de investigar a colónia de Moçambique, foi criada em 28 de Julho de 1936, pelo Decreto-lei 26.842 e em agregação à Missão Geográfica de Moçambique (Portugal, 1936). Foi chefiada pelo Professor Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior (1901-1990), colaborador do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, essencial no incentivo e desenvolvimento das Missões Antropológicas, sobretudo através da acção de Mendes Correia, eminente figura no cenário Antropológico e Arqueológico do período.

Ainda outras Missões virão a decorrer ao longo das próximas décadas, tanto para Moçambique quanto para a Guiné, Angola e Timor. Para Moçambique, estas serão realizadas nos anos de 1936, 1937-38, 1945, 1946 e 1948, 1955-56. Além dessa, serão realizadas ainda a Missão Antropológica da Guiné, chefiada por Amílcar de Magalhães Mateus e que fará campanhas nos anos de 1945, 1946, 1947, a Missão Antropobiológica de Angola, cujas campanhas foram realizadas em 1948, 1950, 1952 e 1955 por António de Almeida e a Missão Antropológica de Timor também chefiada por António de Almeida, e que realizou viagens para a colónia nos anos 1953-1954, 1957, 1963, 1964, 1968, 1969, 1974 e 1975.

Essas Missões foram desenvolvidas no contexto do Estado Novo (1933-1974) e sob a tutela da *Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais*, criada em 1936, e cujas funções estavam ligadas à investigação, coordenação e consulta em matérias relacionadas aos territórios coloniais, especialmente na área de geografia, geodesia, hidrografia, astronomia, meteorologia, bem como assuntos diplomáticos e de fronteiras.

Quanto ao planeamento legal das Missões, verificam-se algumas transformações gerais significativas em seus distintos períodos. No Decreto-lei que cria a primeira das Missões, vocacionada ao estudo da colónia de Moçambique (Portugal, 1936), é possível perceber uma clara importância dada às pesquisas em Arqueologia, que são mencionadas, ao lado daquelas a serem realizadas no campo da Antropologia, como objectivo principal desse projecto.

Tal posicionamento denota uma concepção da Missão na qual o termo Antropologia toma um sentido amplo que abarca vários campos do conhecimento humano como a arqueologia, a etnologia, e a antropobiologia.

Demonstra ainda que, no âmbito desse projecto de conhecimento, a Arqueologia toma um papel crucial, explicitamente demarcado.

Em 1945, entretanto, o novo Decreto-Lei 34478 dá à Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais novos direccionamentos quanto às Missões Antropológicas e Etnológicas (Portugal, 1945). A partir de então a Arqueologia deixa de ser citada explicitamente como objectivo a ser contemplado nas missões ao mesmo tempo em que essas passam a assumir um carácter descritivo e classificatório do presente das populações indígenas visando desenvolver com esses povos relações vantajosas para a metrópole.

Além disso, trabalhos que tivessem uma não tão evidente utilidade económica, ou necessitassem de prolongados investimentos para terem seus resultados evidenciados (como no caso das pesquisas arqueológicas) estariam em desvantagem em relação àqueles que demonstrassem vantagens económicas rápidas e evidentes.

Tais factores irão incidir sobre o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas no âmbito das Missões Antropológicas de formas bastante particulares, entretanto. Esse campo científico passa a ser oficialmente classificado como especulativo e relacionado às ciências consideradas puras, que estariam em posição desprivilegiada em relação àquelas consideradas aplicadas e, por isso, consideradas economicamente mais viáveis. Mas enquanto a Arqueologia poderá ser ignorada ou pouco destacada nos diversos planos para cada campanha das Missões, os estudos arqueológicos continuarão a aparecer, de forma mais ou menos intensa nos trabalhos efectuados em campo, nas diversas colónias a que esses estudos se destinavam, e nas publicações daí resultantes.

Tal contexto leva à necessidade de investigar o lugar da Arqueologia nesses projectos, em outros lugares para além dos seus objectivos estatais e legais e a mergulhar na complexidade das redes que compõem essa produção científica.

O LUGAR DA GUINÉ NOS PLANOS DE OCUPAÇÃO CIENTÍFICA DO ULTRAMAR PORTUGUÊS

Muito embora as Missões Antropológicas tivessem tido início em 1936 com uma expedição a Moçambique, seguida de outra no ano seguinte, será somente em 1945, quando da publicação do Decreto-Lei nº 34478 e do plano intitulado “Ocupação Científica do Ultramar Português” (JMGIC, 1945), que a extensão das pesquisas a então colónia da Guiné passa a ser oficialmente planeada.

Enquanto o referido Decreto-Lei abre espaço para o envio de Missões Antropológicas às mais variadas colónias, como o objectivo principal de estudar a suas populações nativas sob o ponto de vista bio-étnico (PORTUGAL, 1945), no plano publicado em concomitância, a colónia da Guiné é dimensionada em relação

aos objectivos do projecto científico em desenvolvimento e da importância a ela atribuída em relação a outros territórios ultramarinos:

“Como infelizmente não temos sobre as nossas colónias senão estudos muito parcelares, poder-se-ia principiar por qualquer delas. Cientificamente, tôdas encerram curiosos e complexos problemas no campo antropológico, mesmo as menos extensas, como Guiné e Timor. Mas, no ponto de vista de utilidade nacional, talvez seja preferível voltarmo-nos para Angola ou Moçambique, por serem as que encerram mais amplas perspectivas de desenvolvimentos demográfico e económico.

Contudo, como há dificuldade em conseguir investigadores para os ramos científicos de que estamos tratando, seria preferível começar pela Guiné e aqui ser iniciada a aprendizagem do pessoal técnico.” (JMGIC, 1945)

Pode-se perceber que, embora a preferência estatal recaísse sobre as pesquisas em Angola e Moçambique, colónias consideradas de maior valor económico e político para o estado português do período, reserva-se um lugar, ainda que secundário, para as pesquisas na Guiné, relacionado com o processo de aprendizagem de novos técnicos para futuras viagens científicas.

É sob esse universo discursivo que se irão desenvolver as três viagens científicas à esta colónia, sendo uma preliminar, com o apoio de Mendes Correia, e outras duas, chefiadas por Amílcar Mateus, já no âmbito das Missões Antropológicas.

O projecto da Missão, por sua vez, é inspirado no programa da Missão Antropológica na África Ocidental Francesa, e prevê observações em Antropologia física, Etnografia, caracteres psicológicos e psico-fisiológicos, inquéritos acerca do estado sanitário, situação alimentar, condições económicas e morais e colheita de elementos lingüísticos entre os nativos (Correia, 1947).

Nota-se a ausência da Arqueologia como objectivo a ser alcançado por esse projecto e, mesmo na carta anexa ao plano de trabalho de 1946, onde Mateus comenta acerca da segunda viagem, a primeira da Missão Antropológica, realizada em Março do mesmo ano, a tendência permanece, dando a entender que nenhuma investigação teria sido feita dentro desse campo científico (Mateus, 1946a).

Entretanto, o plano enviado em conjunto com a correspondência anterior, para os anos de 1947 a 1949, cita que, de acordo com o planeamento de Mendes Correia, deveriam ser pesquisadas regiões a sudoeste e nordeste da colónia, e, especificamente em relação à essa última região, diz que, ao seguirem em direcção ao Boé, deveriam ser realizadas pesquisas de pré-história (Mateus, 1946b).

A Arqueologia volta a desaparecer das cartas enviadas à metrópole, entre Maio e Junho de 1947, com o propósito de dar a conhecer os andamentos da segunda campanha da Missão. Novamente, somente dados antropológicos são enumerados (Mateus, 1947a; Mateus, 1947b).

Não obstante tal quadro, seu currículo, publicado em 1953, enumera um trabalho arqueológico acerca da Guiné, denominado “*Nota preliminar acerca da estação pré-histórica de Nhampasseré (Guiné Portuguesa)*” e apresentado na II Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais, realizada em Bissau, em 1947 (Mateus, 1953). O facto de tal estudo não merecer maior atenção nas correspondências trocadas com o Presidente da Junta acerca dos trabalhos realizados pela Missão, parece ser, por isso, interessante.

Nota-se ainda que, em comparação com a Missão de Moçambique, que desenvolveu seis campanhas, de Angola, com duas campanhas preliminares e três no contexto das Missões e, finalmente de Timor, contando com oito viagens científicas, parte delas dentro do projeto oficial das Missões, o tempo reservado ao estudo da Guiné é bem mais diminuto, denotando uma posição de inferioridade desse projeto em relação aos demais.

Entretanto, o facto da Missão ter se desenvolvido segundo planeamentos estatais, indica interesses específicos em relação à colónia da Guiné. Assim, a compreensão da totalidade do projecto só pode ser concretizada, através da análise detalhada de cada uma das suas partes.

O IMPÉRIO ULTRAMARINO COMO PROJECTO: A ARQUEOLOGIA E A COLÓNIA DA GUINÉ NO CONTEXTO DAS MISSÕES ANTROPOLÓGICAS

Para compreender a dinâmica da produção do conhecimento, dentro do contexto das Missões Antropológicas será necessário olhar para além do contexto legal e científico desse projecto, em direcção à complexidade de elementos profissionais e sociais que são parte intrínseca do processo de criação, construção e divulgação desse discurso científico. Da mesma forma, devemos romper com a separação entre as ciências e o político, uma vez que não é o político um contexto exterior à ciência. Esta, pelo contrário, produz naquele, significativas alterações através de controvérsias e conflitos, da mesma forma que é também por ele influenciada (Callon, 2008: 303-304).

Quanto à Arqueologia das Missões, esse contexto rizomático intrincado contribuirá para que esta esteja presente na produção científica desses empreendimentos de maneira bastante particular. Em primeiro lugar, aparecerá em posição secundária em relação à Antropologia, tendo seus trajectos condicionados aos planeados para as pesquisas antropológicas. Além disso, ocupará também um lugar secundário nos próprios projectos de estado, condicionado aos baixos financiamentos disponíveis, que leva à desvalorização de pesquisas consideradas especulativas, como no caso das arqueológicas.

Por outro lado, será esse mesmo carácter especulativo, sua ligação com a discussão de grandes questões científicas relacionadas ao surgimento, evolução e dispersão da humanidade, que lhe dará prestígio e justificará sua manutenção nos projectos das Missões. Além disso, esse mesmo prestígio será usado em

algumas ocasiões para valorizar esses projectos diante das autoridades estatais como forma de justificar sua manutenção e requisitar investimentos.

Da mesma forma, a Missão da Guiné ocupa também um lugar secundário no contexto do mesmo projecto científico. Oficialmente, sua importância relaciona-se com o treinamento de um corpo de técnicos especializados para o desenvolvimento dos trabalhos nas demais colónias. Mas na prática, a Missão desenvolvida por Amílcar Mateus, embora diminuta, tem planeamento científico próprio e produz resultados consideráveis em termos de produção científica.

Essa relação, até certo ponto contraditória, entre os projectos estatais e a forma como os objectivos e os interesses de cada missão se desenvolvem na prática, constitui um ponto complexo da análise dessa produção científica.

Dessa forma, pode-se afirmar que a produção arqueológica, as colónias estudadas e o contexto político ditatorial do período no qual as Missões Antropológicas se desenvolvem constituem um conjunto complexo que só pode ser entendido em suas relações de co-produção na medida em que suas lógicas e objectivos interceptam-se (des)construindo-se mutuamente. As Missões tornam-se realidade a partir de objectivos e planeamentos estatais para o Ultramar e para a imagem de Portugal frente a seus congêneres europeus, ao passo que o próprio estado ditatorial sente-se fortalecido a partir do trabalho efectuado por esses empreendimentos científicos.

Por outro lado, a despeito das regulações e objectivos estatais, a investigação arqueológica da Missão da Guiné escapa nos interstícios do poder estatal, embrenha-se por entre as galerias de cupinzeiro (LATOUR, 2000) que consolidam esses discursos científicos e choca-se, muitas vezes, com os próprios objectivos totalizantes do Estado, mostrando novamente que o fazer científico só pode ser compreendido quando assumimos toda a sua complexidade.

AGRADECIMENTOS

Trabalho apoiado e desenvolvido no âmbito do projeto FCT HC0075/2009 *Conhecimento e Reconhecimento em espaços de influência Portuguesa: registos, expedições científicas, saberes tradicionais e biodiversidade na África Subariana e Insulíndia*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CALLON, M. 2008. Entrevista: Dos estudos de laboratorio aos estudos de coletivos heterogeneos, passando pelos gerenciamentos economicos. *Sociologias*, Porto Alegre. Ano 10, no 19, jan./jun.. p. 302-321,.
- CORREIA, A. A. M. 1947. *Uma Jornada Científica na Guiné Portuguesa*. Lisboa. Agência Geral das Colónias.
- JUNTA DAS MISSÕES GEOGRÁFICAS E DE INVESTIGAÇÕES COLONIAIS (JMGIC). 1945. *Ocupação Científica do Ultramar Português: Plano Elaborado pela Junta das Missões Geográficas e de Investigações*

Coloniais e Parecer do Conselho do Império Colonial. Lisboa. Divisão de Publicações e Biblioteca, Agência Geral das Colónias.

LATOUR, B. 2000. *Ciência em Ação: Como Seguir Cientistas e Engenheiros Sociedade Afora*. Sao Paulo. Editora UNESP.

MATEUS, A. de M. 1946a . *Correspondência enviada por Amílcar de Magalhães Mateus ao Presidente da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, em 17 de Maio de 1946*. Lisboa. Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas. Processo 60.

- 1946b. *Plano de Trabalhos da Missão Antropológica e Etnológica da Guiné para o triénio de 1947-1949. Correspondência enviada por Amílcar de Magalhães Mateus, em Maio de 1946*. Lisboa. Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas. Processo 60.

- 1947a. *Correspondência enviada por Amílcar de Magalhães Mateus ao Presidente da Comissão Executiva da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, em 11 de Abril de 1947*. Lisboa. Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas. Processo 60.

- 1947b. *Correspondência enviada por Amílcar de Magalhães Mateus ao Presidente da Comissão Executiva da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, em 08 de Maio de 1947*. Lisboa. Instituto de Investigação Científica Tropical, Departamento de Ciências Humanas, Espólio das Missões Antropológicas. Processo 60.

- 1953. *Curriculum Vitae de Amílcar de Magalhães Mateus*. Porto. Imprensa Portuguesa.

PORTUGAL. Decreto-lei 26.842, de 28 de Julho de 1936. *Diário do Governo*. 1ª série, nº 175.

PORTUGAL. Decreto-lei 34.478, de 03 de Abril de 1945. *Diário do Governo*. 1ª série, nº 70.